

Introdução

José Otamar de Carvalho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARVALHO, JO. Introdução. In: *Desenvolvimento regional: um problema político* [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 29-41. Diversidades Regionais collection. ISBN 9788578792770. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INTRODUÇÃO

A administração governamental vem se realizando de forma cada vez mais centralizada. Em consequência, tem-se verificado um divórcio gradativo entre os centros de decisão e os elementos catalisadores das necessidades e expectativas das comunidades locais, em suas dimensões espaciais. Em nome de uma melhor eficiência na combinação dos recursos disponíveis, têm sido deslocados políticos e líderes de diferentes setores do processo de elaboração das decisões, cobrindo-se os espaços vazios resultantes com os técnicos da máquina governamental. As decisões tomadas neste sentido, por maiores que sejam a competência e a sensibilidade dos técnicos, podem ser viáveis, mas nem sempre refletem os anseios e as necessidades da população.

O fenômeno da centralização do planejamento e da administração, observado em muitos países do chamado Terceiro Mundo, na realidade teve início nas nações que praticam sistemas político-administrativos do tipo socialista. Nos dois países estudados – Itália e Brasil – na perspectiva da administração do desenvolvimento de áreas econômica e socialmente deprimidas, o fenômeno é também visível e acentuado. No decorrer das análises aqui realizadas procura-se demonstrar os motivos e os passos dados nessa direção, particularmente notáveis quando se busca promover o desenvolvimento de regiões deprimidas com base em decisões governamentais de caráter extraordinário.

Este livro é fruto de aprendizado paciente – mas nem por isso menos penoso – no campo da administração do desenvolvimento, iniciado junto à Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste-SUDENE e continuado no Ministério do Interior. Minha experiência na SUDENE começou em 1962, em trabalhos efetuados no âmbito do antigo Projeto de Povoamento do Maranhão, evoluindo depois para trabalhos relacionados ao planejamento agrícola e ao planejamento regional. Dez anos depois, junto ao Ministério do Interior, essa experiência seia ampliada e complementada qualitativamente, uma vez que a partir de então os problemas do desenvolvimento em bases regionais passaram a ser analisados e vistos sob a perspectiva nacional, bastante diversa da anterior.

A nova experiência não foi fácil para o autor, pois a nível nacional o assunto assume contornos em matéria de definição de prioridades que, muitas vezes, não coincidem com as aspirações locais, uma vez que os estudos e as ações realizados a respeito são levados a cabo muito mais em função do interesse das regiões desenvolvidas do que do efetivo atendimento das necessidades da região deprimida. Essa constatação, como não poderia deixar de ser, provoca conflitos de personalidade de intensidade variável, passíveis de interpretação como “crises de regionalismo sentimental”. Entretanto, a adaptação acaba sendo conseguida, quando se procura compreender melhor o alcance e as limitações da administração do desenvolvimento regional.

As preocupações com o assunto sofreriam melhor ajuizamento em 1976, quando o autor visitou o Sul da Itália, a propósito de viagem de estudos realizada sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-FAO como parte de Programa de Trabalho que incluiu países como o Egito, Índia, Irã, Espanha, Holanda, Bélgica e outras nações da Europa. Em vista disso, foi possível não apenas aprofundar o conhecimento disponível sobre o trabalho realizado pela Instituição encarregada de promover o desenvolvimento do Sul da Itália – a *Cassa per il Mezzogiorno* -, como comprovar a existência de consideráveis semelhanças – assim como expressivas diferenças – entre os esquemas de intervenção extraordinária postos em prática nas duas Regiões, o Sul da Itália e o Nordeste do Brasil, pelos governos dos respectivos países, ainda que iniciados em momentos diferentes.

Verificadas essas características, facilmente destacáveis, considerando a escassez de documentos relacionados com o exame comparativo do trabalho desenvolvido pela “*Cassa*” e pela SUDENE, o autor resolveu se atribuir a tarefa de analisar e confrontar as duas experiências. Com essa motivação é que a tarefa foi executada, entendendo o autor que o resultado da pesquisa poderia ser útil aos interessados no assunto, que, por motivos profissionais ou de outra natureza, não tiveram oportunidade idêntica para conhecer a evolução dos passos seguidos pela SUDENE.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, relativa ao desenvolvimento regional no Sul da Itália, examinam-se as motivações que levaram o governo a criar instrumentos políticos, institucionais, financeiros, fiscais e de planejamento orientados para o soerguimento socioeconômico da área menos desenvolvida do País. Esse exame inclui, inicialmente, a elaboração de um quadro geral a respeito dos sistemas político-administrativo e de planejamento em curso na Itália, assim como das características econômicas, sociais e geográficas mais importantes, tanto em escala nacional como regional, tendo em vista familiarizar o leitor com o cenário da área estudada.

A análise prossegue, tanto quanto possível linear, salientando-se os avanços e os recuos dados pela *Cassa per il Mezzogiorno*, durante mais de um quarto de século, com sucessos que variaram na proporção exata das prioridades conferidas à Região pelo Governo Central.

Notar-se-á, ao longo do trabalho, que a atenção governamental em relação às áreas deprimidas diminuem, à medida que seus problemas, embora persistindo, foram se reduzindo em intensidade. Um dos aspectos mais importantes a destacar neste sentido corresponde à perda de substância da “*Cassa*”, resultante da redução da importância atribuída ao *Mezzogiorno* no equilíbrio do sistema político nacional. Na prática, o fato se expressa pela avocação feita pelo Governo Central sobre as decisões políticas relativas ao desenvolvimento da Região, posta em evidência com a institucionalização dos *Projetos Especiais de Desenvolvimento*.

A segunda parte é dedicada ao exame da experiência de desenvolvimento regional no Nordeste do Brasil, conduzida pela SUDENE. Trata-se de trabalho que corresponde talvez ao mais importante e conhecido experimento realizado nesse domínio no mundo ocidental. No processo de análise, buscaram-se caminhos idênticos aos utilizados em relação à Itália, embora haja uma diferença importante a indicar. Não foi elaborado um quadro sobre as características geográficas, econômicas e sociais mais evidentes do Brasil, nem sobre o sistema político-administrativo do País, não incluído por ser considerado razoavelmente conhecido. Em compensação, aprofundou-se bem mais a análise do sistema de planejamento brasileiro vigente, trazendo-se até hoje as modificações centralizantes que caracterizam sua concepção mais recente.

Os passos seguintes referem-se ao estudo do interesse demonstrado pelo governo brasileiro na solução dos problemas do Nordeste, e sob que forma esse interesse tem se transformado em providências concretas. Destaca-se, a propósito, a evolução das políticas adotadas e dos instrumentos criados frente às vacilações governamentais, responsáveis pelo enfraquecimento da Região e da Instituição criada para promover o seu desenvolvimento.

Os estudos desenvolvidos nas duas primeiras partes põem em destaque a acentuada tendência à centralização das decisões de governo definidas em relação ao Sul da Itália e ao Nordeste do Brasil. Essa evidência tornou-se concreta e bem mais visível quando as administrações centrais dos dois países começaram a introduzir modificações amplas e gradativas nos instrumentos extraordinários com que haviam dotado a *Cassa per il Mezzogiorno* e a SUDENE. As razões para essa centralização, que também são examinadas, apresentam exteriorizações consequentes, expressas na prática pela criação de *Programas Especiais de Desenvolvimento Regional*, concebidos e coordenados sob a responsabilidade quase que total dos órgãos de cúpula da estrutura ministerial desses países, com evidentes prejuízos políticos e sociais para as áreas deprimidas objeto de transformação social e econômica.

Na terceira parte, apresenta-se, à guisa de conclusão, o balanço geral das duas experiências, que pode ser considerado positivo. Embora a “*Cassa*” e a SUDENE não tenham conseguido transformar, como seria desejável, as áreas sob sua jurisdição, na perspectiva de um desenvolvimento autossustentado, não se pode negar a contribuição que elas prestaram no sentido de manter o interesse e atenção das comunidades locais sobre a necessidade de serem redefinidas as funções dessas regiões no processo de desenvolvimento nacional. Mesmo esvaziadas politicamente, tais entidades conseguiram sobreviver ao esquema centralizado de intervenção praticado pelos governos italiano e brasileiro. A redefinição requerida assume, em tais condições, conotação especial, na medida em que só se revelará viável se vier a ser concebida segundo enfoque que, em lugar de privilegiar a intervenção extraordinária em benefício apenas das áreas deprimidas, seja extensivo, no tocante ao planejamento e à administração do desenvolvimento, a todas as regiões do país. As decisões governamentais, em tal direção, devem se inscrever em quadro de concepção política no domínio do desenvolvimento regional bastante diverso do que é registrado pela experiência mais conhecida, particularmente na América Latina.

Examinam-se, ainda, na terceira parte, as conclusões mais evidentes a respeito do trabalho da “*Cassa*” e da SUDENE, ao mesmo tempo em que se salientam as exteriorizações mais significativas do processo de esvaziamento político e institucional desta última, iniciado, da mesma forma que na Itália, com a criação dos *Programas Especiais de Desenvolvimento Regional*. O autor conclui a terceira parte apresentando as perspectivas que, em sua opinião, ainda podem ser abertas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, como instrumento de promoção social e econômica da Região.

Os contornos conceituais que apoiaram a elaboração deste livro e que embasam, da mesma forma, a tese central do trabalho – o esvaziamento gradativo dos esquemas de intervenção extraordinária em áreas deprimidas – são destacados a seguir.

A ordenação das atividades econômicas vem representando, modernamente, uma das responsabilidades básicas do Estado, quer se realize ou não de forma a contemplar a participação direta dos agentes produtivos privados. No seu processo evolutivo, essa participação foi assumindo maior importância na proporção em que contribuía para definir a própria forma de atuação do Estado, em suas variantes fundamentais de Estado capitalista e de Estado socialista.

Os aperfeiçoamentos mais significativos a este respeito tiveram lugar com a introdução do planejamento das atividades econômicas, pelas possibilidades que esse instrumento podia oferecer para uma articulação mais adequada entre o setor público e o setor privado. Contudo, o planejamento posto inicialmente em prática realizou-se segundo concepções que, pelo seu caráter essencialmente global, não podiam cobrir de modo apropriado problemas mais tarde considerados relevantes ao desenvolvimento. Essas omissões, de certa maneira justificáveis, se levam em conta o nível de conhecimentos e a própria experiência da época, foram sendo corrigidas de forma gradual em alguns países da Europa, especialmente naqueles que, além de apresentarem limitações territoriais, enfrentavam sérias dificuldades em matéria de diferenças inter-regionais de desenvolvimento.

Tais problemas, circunscritos a espaços razoavelmente definidos e agravados pelas dificuldades decorrentes da Segunda Guerra Mundial, teriam forçosamente seu prognóstico equacionado em quadros de intervenção governamental diferentes dos até então adotados, expressando-se as diferenças por concepções que incorporassem o planejamento regional como instrumento catalisador do desenvolvimento das áreas mais atrasadas.

As experiências europeias mais importantes no campo do desenvolvimento regional correspondem, em especial, às realizadas pela Itália e pela França. A italiana, em sentido amplo, embora anterior, apresenta a desvantagem de não cobrir todas as regiões do País, como ocorre em relação à França.

Essa diferença na cobertura total do espaço objeto de ações no domínio do desenvolvimento regional é importante, pois permite distinguir se os trabalhos conduzidos nesse campo, por um determinado país, subordinam-se a esquemas de políticas regionais de desenvolvimento regional ou de uma ***Política Nacional de Desenvolvimento Regional***.

O primeiro caso, na opinião do autor, se verifica quando tais ações se restringem a uma ou mais regiões, mas não cobrem o conjunto do país, e se realizam sob o comando de instituições criadas com o objetivo específico de apenas promover o desenvolvimento dessas regiões. A Itália e o Brasil, que tem-se preocupado, neste sentido, com o soerguimento econômico e social de áreas atrasadas, incluem-se nessa categoria.

A segunda situação, ao contrário, tem lugar quando o planejamento e a ação regional são definidos e orientados para todas as regiões de um país, e seu exercício está a cargo de instituições específicas que agem sob o comando de uma única instituição nacional. Os objetivos do desenvolvimento regional, nesse caso, não se resumem somente em melhorar as condições econômicas e sociais de uma área, uma vez que incorporam concepções claras estabelecidas em relação ao desenvolvimento harmônico e integral do país. Para o autor, a França é, talvez, o único país no mundo que vem procurando realizar experiências com essas características.

Há uma situação intermediária a respeito das políticas de desenvolvimento regional adotadas que merece ser mencionada. Trata-se da que se refere, em particular, aos esforços desenvolvidos por vários países da América Latina, incluindo o Brasil, a propósito de uma visão mais ampla do planejamento regional, que, visto de uma perspectiva nacional, transcende os limites da atuação em áreas específicas de cada país. Neste sentido, chegou-se à evidencia de que as ações do primeiro tipo, voltadas para áreas deprimidas, como as dirigidas para o Nordeste brasileiro e o Sudeste venezuelano, por suas frágeis relações de interdependência com as grandes decisões nacionais, induziam à

formulação de políticas econômicas não apenas de alcance limitado como de eficácia parcial.

Daí terem os países latino-americanos, em grande parte induzidos pelos ensinamentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL, partido para a utilização de esquemas mais abrangentes e de eficácia supostamente mais efetiva. Chegava-se, desse modo, à convicção de que as desigualdades regionais de renda poderiam ser reduzidas “mediante um corpo de medidas de política econômica que incidam sobre o conjunto das interdependências estabelecidas entre as diversas partes do espaço geográfico de uma unidade nacional” (...). Passou-se, assim, a preconizar o planejamento em escala nacional, concebendo-se a “elaboração dos planos regionais como parte do planejamento de uma nação como um todo”.¹

Apesar das tentativas efetuadas neste sentido, no âmbito do Ministério do Interior, mais em termos técnicos do que de arranjo institucional, é bem verdade, os resultados alcançados no contexto da nova perspectiva são muito tímidos. “Os problemas de política de desenvolvimento regional”, a tal respeito, “ainda não estão sendo abordados de forma satisfatória no Brasil. Não atingimos ainda um estágio em nossa experiência de planejamento em que a regionalização de um Plano Nacional seja considerada de forma consistente, ou em que a coordenação nacional do planejamento regional seja estabelecida de forma contínua, ou ainda que a institucionalização da cooperação inter-regional seja possível entre numerosas agências de planejamento das Unidades da Federação. Além do mais, a solução de problemas regionais não tem sido considerada como parte integrante de uma política de desenvolvimento global para o sistema de regiões, a qual deveria

¹ MATTOS, Carlos, A: de. Notas sobre o planejamento regional em escala regional. *In*: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977: 435-462, p. 437-438. Para uma visão mais compreensiva sobre o assunto, ver também: i) ROMO, Carlos Matus. O espaço físico na política de desenvolvimento; ii) PERLOFF, Harvey S. Características principais do planejamento regional. *In*: SCHWARTZMAN, Jacques. Op. cit., pp. 395-414. e 415-434.

ser proposta em termos de metas nacionais para a organização do espaço nacional”.²

Por ocasião da formulação do *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*, o Ministério do Interior fez nova tentativa para definir o arcabouço de uma política de desenvolvimento nacional-regional, estimulando em consequência a colaboração das Superintendências de Desenvolvimento Regional, que lhes são vinculadas (SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUDESUL). A iniciativa, mais uma vez, por ter se originado na área técnica, não teve o menor sucesso, particularmente na esfera do então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral³.

A execução de programas de desenvolvimento regional em espaços previamente selecionados se realiza segundo esquemas de intervenção que, incorporando, no todo ou em parte, as linhas políticas anteriormente esboçadas, cobrem, lato sensu, duas categorias espaciais distintas:

i. Áreas onde as condições de vida da população apresentam padrões muito inferiores aos da média nacional, quer o país seja subdesenvolvido ou não. Trata-se dos casos das chamadas áreas deprimidas, de que são exemplos típicos e objetos da atenção deste trabalho a Itália meridional e o Nordeste brasileiro.

ii. Áreas relativamente homogêneas em termos de desenvolvimento atual e futuro, selecionadas segundo indicadores específicos como componentes de planos nacionais de regionalização integral. As experiências internacionais neste sentido são pouco numerosas, como as da Alemanha e da França, e quase sempre restritas a países desenvolvidos.

² HADDAD, Paulo Roberto. Prefácio. In: HILHORST, Jos G. M. Planejamento regional; enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro, Zahar, 1973: 13-15.

³ Minter. Secretaria-Geral. Secretaria de Planejamento e Operações. Contribuição do Ministério do Interior para o II Plano Nacional de Desenvolvimento; período 1975-1979. Brasília: 1974. 477 p. Mimeogr.

O aproveitamento de bacias hidrográficas, com a execução de projetos de propósitos múltiplos, interessando a mais de um Estado ou Província, é também às vezes incluído na categoria de programas de desenvolvimento em escala regional. Mas tais ações, embora caracterizadas pela autonomia relativa que se concede às instituições responsáveis por sua execução, constituem funções dependentes, resumindo-se, por isso mesmo, as intervenções de natureza sub-regional. As atividades conduzidas em caráter pioneiro, a partir de 1933, nos Estados Unidos da América, pela Tennessee Valley Authority-TVA, assim como as realizadas no Brasil pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-Codevasf, enquadram-se nessa categoria, ainda que integrem atividades múltiplas pertencentes a diferentes setores.

As ações levadas a cabo em grandes aglomerados urbanos, como as Regiões Metropolitanas brasileiras, por exemplo, são, da mesma maneira, de caráter sub-regional, ainda que haja uma tendência para considerá-las, neste sentido, como independentes e circunscritas à nascente categoria do desenvolvimento urbano. As atividades realizadas a esse respeito, ao contrário, devem ser entendidas como contidas no domínio do desenvolvimento regional, pois o urbano corresponde, *stricto sensu*, ao regional microlocalizado. As ações no campo urbano, definidas em função do que deveria ser realizado a nível interurbano ou intraurbano, devem subordinar-se, portanto aos objetivos e às diretrizes da política de desenvolvimento regional, particularmente quando concebida sob enfoque nacional, pois nessa perspectiva os problemas urbanos podem ser solucionados a custos mais baixos e de forma compatível com as necessidades da população, **v.g.** nos países subdesenvolvidos. Não há como isolar, em tais países, política urbana de política regional, pois isso significaria desconhecer que as regiões, independentemente do seu tamanho, da mesma forma que as cidades, constituem sistemas hierarquizados e com funções definidas. Desse modo, os objetivos de uma política urbana não poderão ser alcançados se não forem integrados em escala regional.

Nos países desenvolvidos, as situações podem ser distintas, pois as inter-relações entre as regiões homogêneas e as regiões nodais tendem a se tornar cada vez mais íntimas na proporção em que a industrialização se intensifica. Como lembra John Friedman, “em uma nação altamente industrializada, essas ligações são tão íntimas e a vida urbana domina de tal forma todas as atividades que a única designação útil de regiões reside na determinação de regiões metropolitanas e de suas áreas de influência”. (Perloff, 1977: 422-423.)

A administração do desenvolvimento em escala regional, dadas as características multissetoriais que obrigatoriamente devem ser praticadas em determinado espaço, constitui tarefa complexa e difícil. Contribuem para tanto fatores de ordem econômica, social e política, sendo usual atribuir-se prevalência aos dois primeiros para a qualificação das chamadas áreas deprimidas ou áreas-problema. Embora a escassez ou o inadequado aproveitamento de recursos naturais, humanos e financeiros de determinado território sejam suficientes para caracterizá-lo e incluí-lo, muitas vezes, na categoria de área deprimida, não há dúvidas quanto ao papel que desempenha nesse sentido a variável política. Saliente-se ainda o fato de que essa variável assume contornos mais nítidos quando examinada dos pontos de vista das lideranças tradicionais das comunidades atrasadas e das lideranças das comunidades das regiões mais adiantadas.

As primeiras, por um processo natural de resistência às mudanças, utilizam os meios disponíveis para evitar que os progressos do desenvolvimento diminuam os privilégios que elas estão acostumadas a receber. Quando aceitam uma nova orientação, por força de circunstâncias que não conseguem controlar, as lideranças tradicionais das comunidades atrasadas buscam ainda, pelos meios ao seu alcance, utilizar em proveito próprio os estímulos conferidos pelo Governo Central às áreas deprimidas.

As atitudes das comunidades mais adiantadas são exercidas de modo diverso, particularmente nos momentos em que têm lugar as negociações que se realizam no sentido de criar os instrumentos

necessários ao desenvolvimento das áreas deprimidas. Contudo, tais atitudes favoráveis podem apresentar tendência inversa. E isso se dá na medida em que a área deprimida, ao subir alguns degraus da rampa de acesso ao desenvolvimento, muda sua posição de equilíbrio. Os limites para as mudanças de atitude delineiam-se na prática quando a área deprimida passa a apresentar perfil econômico que pode caracterizá-la como concorrente no plano inter-regional.

Esse quadro, situado no âmbito da teoria da dominação econômica centro-periferia, serve para destacar as características essencialmente políticas que configuram as ações orientadas pelo setor público no domínio do desenvolvimento regional.

É importante, finalmente, salientar que a ênfase conferida neste trabalho ao desenvolvimento de uma região atrasada, como o Nordeste brasileiro, implicando a mobilização de recursos transferidos das regiões mais desenvolvidas do País, não significa considerar a redução das disparidades inter-regionais de renda como objetivo final do desenvolvimento. De fato, o que deve ser salientado neste sentido é a elevação do nível de vida das pessoas de baixa renda. Portanto, uma transferência inter-regional de recursos que apenas favorecesse a concentração de renda na região beneficiada, em lugar de contribuir para uma melhoria da renda real das camadas mais pobres da população, não poderia ser considerada política eficaz de desenvolvimento.

Efetivamente, são amplos os limites conceituais do desenvolvimento, variáveis ainda mais quando se considera a distribuição dos frutos do progresso econômico alcançado por diferentes comunidades – locais ou regionais – de um mesmo país.

As diferenças são ainda maiores quando se comparam os padrões de vida da população de um país desenvolvido com os de uma nação pobre. Quando se examinam, como se fará aqui, as formas utilizadas para a intervenção extraordinária em duas regiões deprimidas esse ponto assume maior relevo e destaque.

Os países pobres de hoje, como é o caso do Brasil, com os recursos potenciais e efetivos de que dispõem, procuram a qualquer custo modificar seus padrões de vida e, em consequência, os costumes e tradições de seu povo, copiando – com pouca ou nenhuma experimentação – a tecnologia dos produtos gerados pelos países economicamente avançados. Copiam-se os produtos, mas não se apreendem os processos, pois as nações ricas não têm interesse em ensinar o uso desses últimos. A própria experiência da SUDENE, em grande parte baseada na da *Cassa per il Mezzogiorno*, poderia ter atendido melhor às necessidades do Nordeste se o experimento italiano tivesse sido estudado com maior rigor pelo Brasil.

O processo de desenvolvimento das nações pobres deve ser conduzido, tanto quanto possível, de forma que, ao possibilitar o aumento da renda nacional, favoreça a redistribuição pessoal e contribua para a introdução e divulgação de tecnologias que possam privilegiar o uso mais intensivo de mão-de-obra.

A obtenção de altas taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nacional ou do PIB regional, por mais relevante que seja em matéria de objetivos a alcançar, não deve constituir a preocupação básica dos dirigentes de países atrasados economicamente. Neste sentido, *é importante verificar se a preocupação dos governantes é maior com a velocidade de crescimento do produto ou com a direção assumida pelo processo de desenvolvimento.*⁴ (Grifos do autor).

As áreas pobres devem pôr em prática programas de desenvolvimento que aproveitem ao máximo as técnicas simples e de fácil acesso, para que os recursos locais possam ser melhor aproveitados. É importante considerar que a tecnologia útil a tais países, embora moderna, não implica necessariamente, maior intensidade de capital, mesmo porque a mão-de-obra, como recurso abundante nessas áreas, carece sempre de oportunidades de emprego.

⁴ Ver, a propósito: ROMO, Carlos Matus. **Estrategia y plan**. Santiago de Chile, Ed. Universitária, 1972: 13-18.